

EJAI E GLOBALIZAÇÃO: A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES

Ana Rita de Souza Mata

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, Assunción – Paraguay. Licenciada em Língua Portuguesa.

<http://lattes.cnpq.br/7149392270950015>

<https://orcid.org/0009-0000-2704-0043>

E-mail: anaritamata57@yahoo.com.br

Maria Barbara da Costa Cardoso

Professora Doutora e Orientadora. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>

<https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>

E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-74>

RESUMO: Este estudo analisa os desafios enfrentados pela docência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em meio aos processos de globalização. Esse cenário é caracterizado pela imposição de políticas educacionais de cunho tecnocrático, voltadas para resultados padronizados e, muitas vezes, descoladas das especificidades locais. O trabalho tem como propósito refletir sobre os impactos desse contexto na prática pedagógica, com foco em exclusão, precarização e resistência. A investigação, de natureza bibliográfica e qualitativa, ancora-se em autores como Gentili, Caldart e Oliveira, que denunciam a padronização curricular e defendem uma formação crítica e emancipadora. Os resultados revelam tanto a invisibilidade da EJAI nas políticas públicas quanto a precarização do trabalho docente e a negação do direito à educação plena. Por outro lado, identificam-se estratégias de resistência, como metodologias dialógicas e a valorização das histórias de vida dos alunos, reforçando a necessidade de políticas redistributivas, investimentos públicos e uma formação crítica que rompa com modelos hegemônicos impostos pela globalização. Conclui-se que a docência na EJAI deve ser compreendida como prática política e transformadora, comprometida com justiça social e inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar. Globalização. Docência.

EJAI AND GLOBALIZATION: THE STRUGGLE FOR INCLUSIVE EDUCATION IN A SCENARIO OF CONTRADICTIONS

ABSTRACT: This article discusses the challenges of teaching in Youth, Adult, and Elderly Education (EJAI) in times of globalization, marked by the imposition of technocratic educational policies that prioritize standardized results and disregard local specificities. Based on the problematization of how to build inclusive education in the face of contradictions imposed by the neoliberal model, the general objective of the study is to reflect on the impacts of globalization on EJAI teaching practices, focusing on exclusion, precarization of teaching work, and resistance. Using bibliographic research and a qualitative approach, it draws on authors such as Gentili, Caldart, and Oliveira, who

denounce curricular standardization and advocate for critical and emancipatory education. The results highlight the invisibility of EJA in public policies, the precarization of teaching work, and the denial of full educational rights to the subjects of this modality. On the other hand, pedagogical resistance strategies are identified, such as the use of dialogical methodologies and the recognition of students' life stories. It is concluded that EJA teaching must assume a political role, aimed at social justice and valuing diversity, requiring redistributive policies, public investment, and critical training that break with the hegemonic models imposed by globalization.

KEYWORDS: School Inclusion. Globalization. Teaching.

INTRODUÇÃO

A integração escolar, enquanto princípio da educação democrática e equitativa, tem sido fortemente impactada pelos processos de globalização. As transformações econômicas, sociais e culturais intensificaram a influência de organismos internacionais sobre as políticas educacionais, que passaram a adotar uma lógica tecnocrática voltada para a padronização e para a mensuração de resultados. Nesse quadro, a EJA enfrenta desafios que abrangem tanto as condições materiais das instituições quanto o reconhecimento das trajetórias singulares de seus estudantes e a valorização do trabalho docente.

Perante esse panorama, questiona-se: como promover uma inclusão escolar efetiva na EJA diante das contradições da globalização e da padronização das práticas educacionais? A imposição de políticas educacionais direcionadas ao desempenho técnico e à eficiência econômica tem reduzido o espaço para uma formação humanizada e crítica. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo geral refletir sobre os desafios da docência na EJA frente às exigências contemporâneas impostas pela globalização. Como objetivos específicos, busca-se: (1) examinar os impactos das políticas educacionais globalizadas sobre a prática pedagógica na EJA; e (2) discutir estratégias de resistência e inclusão escolar que valorizem a diversidade e os saberes dos sujeitos dessa modalidade de ensino.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo é de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, com base em autores que problematizam a relação entre educação, globalização e justiça social. A análise será construída a partir de referenciais críticos da Educação Comparada, evidenciando as tensões entre as políticas hegemônicas

e as práticas inclusivas. Com isso, pretende-se contribuir para a reflexão sobre uma educação que vá além dos indicadores técnicos e promova, de fato, o desenvolvimento humano, crítico e emancipador.

FORMAÇÃO DOCENTE NA EJAI

A ampliação do modelo educacional global, pautado na tecnocracia e na padronização, influencia diretamente a prática docente na EJAI, convertendo a escola em um espaço de controle e mensuração dos efeitos. Estudos apontam que “um currículo comum fundamentado com princípios neoliberais [...] padronizando, controlando e fragmentando o trabalho docente e a formação humana” (Sousa; Souza; Pereira, 2023, p. n.p.). Além disso, políticas internacionais impõem avaliações padronizadas e objetivos de produtividade, diminuindo a autonomia pedagógica e direcionando a educação para a eficiência técnica em detrimento de sua função social.

Essa lógica produtivista agrava a precarização dos docentes na EJAI: a carga de trabalho aumenta, os salários permanecem baixos e a formação continuada é insuficiente. Como expõem José Ailton Correia e Jeane Oliveira, “os docentes cumprem exigências cada vez maiores; têm seus direitos trabalhistas atacados; são desvalorizados e perdem a autonomia do trabalho docente, o que gera adoecimento psíquico” (Correia; Oliveira, 2022). A transposição dos critérios gerenciais do mercado para a educação faz com que a docência se torne um serviço precarizado e desumanizado, interferindo na qualidade das relações pedagógicas.

Embora os discursos oficiais frequentemente destaquem o direito à educação ao longo da vida, na prática, as ações governamentais permanecem voltadas quase exclusivamente à educação básica regular. Isso invisibiliza as necessidades de jovens, adultos e idosos que retornam à escola em busca de oportunidades de aprendizagem e inclusão. Essa ausência de políticas efetivas se traduz em falta de investimentos adequados em infraestrutura, materiais didáticos e programas de formação docente que contemplem as especificidades da EJAI. Tal descaso reforça desigualdades e dificulta a garantia real do direito universal à educação.

Diante desse cenário, é essencial pensar no papel político da docência na EJAI, entendendo-a não apenas como algo técnico, mas como uma prática social e transformadora. Quando valorizam os saberes adquiridos ao longo da vida, os professores conseguem repensar os currículos e criar metodologias que dialoguem com a realidade dos alunos, rompendo com a rigidez dos padrões impostos pela globalização. Ao trazer práticas pedagógicas críticas e de diálogo, a escola pode se tornar um espaço de reconhecimento e de construção coletiva do conhecimento, onde cada trajetória é respeitada e integrada ao processo de formação.

ARTICULAÇÃO COM A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a educação como um direito de todos e propõe competências gerais que dialogam diretamente com a realidade da EJAI. Entre elas, destacam-se a competência 9, voltada ao exercício da empatia, do diálogo e da cooperação, e a competência 10, relacionada à responsabilidade e à cidadania. Esses princípios são fundamentais para uma prática pedagógica que acolha jovens, adultos e idosos em seus diferentes contextos de vida.

No entanto, para que a BNCC cumpra esse papel transformador, é necessário ir além da sua dimensão normativa. É preciso interpretar suas orientações de forma crítica, construindo currículos que deem visibilidade às trajetórias de vida dos estudantes da EJAI e promovam práticas interdisciplinares e dialógicas. Projetos que integrem a valorização cultural, a memória comunitária e a inserção social podem tornar as competências da BNCC ferramentas de inclusão real, e não apenas prescrições formais.

Assim, a articulação entre EJAI e BNCC pode ser entendida como uma oportunidade de resistência à homogeneização curricular e de promoção da emancipação pela valorização da diversidade. Ao integrar criticamente as diretrizes da BNCC à prática pedagógica, cria-se espaço para uma educação que fortaleça o protagonismo dos estudantes, incentive a participação cidadã e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho mostram que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) vive constantemente em um ponto de tensão entre o direito garantido por lei e as práticas de exclusão que a lógica globalizada insiste em reforçar. A globalização, ao impor padrões universais e metas de produtividade para a educação, acaba limitando a autonomia dos professores e transformando a aprendizagem em números e avaliações externas. Esse quadro deixa clara a contradição entre o discurso oficial de inclusão e uma realidade ainda marcada por precarização, invisibilidade e falta de valorização.

Ao mesmo tempo, também foi possível perceber que, mesmo diante das pressões da globalização e da lógica tecnocrática, surgem práticas de resistência capazes de dar novo sentido à experiência educativa. Professores e comunidades escolares têm criado metodologias que colocam o diálogo, a diversidade cultural e a história de vida dos estudantes como pontos centrais do aprendizado. Essa visão reforça a importância de compreender a docência na EJAI como uma prática política e social, que vai além da simples transmissão de conteúdos e assume o compromisso com a justiça, a equidade e a transformação das condições de vida.

Conclui-se que o ensino na EJAI deve ser compreendido como uma prática política e transformadora, voltada para a justiça social e para a construção de uma educação crítica e inclusiva. O enfrentamento dos desafios impostos pela globalização exige políticas redistributivas, maior investimento público e valorização da docência. Romper com a lógica excludente da homogeneização e criar espaços que respeitem a diversidade e reconheçam os sujeitos históricos da EJAI é condição fundamental para consolidar o papel emancipador da educação.

REFERÊNCIAS

- CALDART, Roseli Salete (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- CORREIA, José Ailton Correia; OLIVEIRA, Jeane Correia da Silva. A precarização do trabalho docente e a lógica das competências sob a égide do neoliberalismo. Kalágatos, v. 19, n. 2, 2022.

GENTILI, Pablo. Entre a herança e a promessa: o governo Lula e a política educacional. Observatório Latino Americano de Políticas Educacionais. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A educação como campo de disputa de saberes e de afirmação social: para a construção de uma pedagogia latino-americana. Revista Educação e Emancipação, UFMG, v. 11, n. 3, p. 13-35, set. 2018.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; RODRIGUES, Kássya C. O diálogo e inclusão na EJA: uma prática de educação popular. Revista Linhas, Florianópolis, v. 26, n. 60, p. 257-278, 2025.

SOUSA, Maria Paula de; SOUZA, Gilmar Martins de Oliveira; PEREIRA, Maria Zilda da Costa. As políticas de globalização e seus desdobramentos no currículo brasileiro. Revista de Administração Educacional, 2023.

Submissão: abril de 2025. Aceite: maio de 2025. Publicação: setembro de 2025.